

Projecto de Resolução n.º 606/XV/1.^a

Combate às descargas de efluentes suinícolas na região de Leiria e pela proteção da Bacia Hidrográfica do rio Lis

Exposição de motivos

Acolhendo cerca de 400 suiniculturas intensivas, ao longo dos anos o concelho de Leiria tem sofrido os impactos ambientais inerentes a este tipo de exploração, sendo o rio Lis e os seus afluentes os mais prejudicados pelas frequentes descargas ilegais de que são frequentemente alvo.

Esta realidade, que afeta a região há largos anos, é reconhecida por todos como um problema a ser combatido. As constantes descargas a que o rio Lis é sujeito são verdadeiros crimes ambientais que não podem ser tolerados. Em 2021, a Associação ambientalista ZERO destacou que 55 dos 62 aquíferos apresentavam registos de poluição. Destes, 46 apresentam sinais de estarem poluídos por azoto amoniacal, substância relacionada com as explorações pecuárias pela sua presença no estrume e nos efluentes líquidos. Em Leiria, não são raras as queixas da população devido ao cheiro proveniente destas descargas e é recordado, com tristeza e saudosismo, os tempos em que os cidadãos podiam usufruir da bacia hidrográfica do Rio Lis para se banharem ou até a consumirem, situação que é agora impossível devido à sua poluição.

A Câmara Municipal de Leiria, num documento partilhado pelo Departamento do Planeamento e Gestão Urbanística: Divisão de Planeamento, Ordenamento e Estratégia Territorial destaca que “O maior problema ambiental do concelho de Leiria reside (...) no grande número de suiniculturas (...) junto às linhas de água, onde geralmente descarregam efluentes sem controlo adequado e em muito deficientes condições de tratamento (...)” e é mesmo referido que é importante criar estratégias para combater este problema. A própria APAC – Associação de Produtores



Agropecuários do Centro reconhece que 70% da carga efluente vem das suiniculturas, reconhecendo que este é um problema que tem que ser combatido. Pelo que é aparente, tanto as associações ambientais como os produtores agropecuários, bem como o Governo, reconhecem que a emergência ambiental que se vive na bacia do rio Lis merece ser endereçada. No entanto, faltam soluções e os compromissos assumidos são frequentemente esquecidos ou ignorados. Um destes é a construção de uma nova Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas, que é falado desde 2010, mas que passado todos estes anos ainda não se concretizou.

Esta situação torna-se ainda mais grave quando nos lembramos que este é um setor financiado por fundos públicos e por fundos comunitários. A Petição Nº62/XV/1, que deu entrada na Assembleia da República no dia 24 de setembro de 2022, recorda-nos que só em 2020 foram disponibilizados 3,8 milhões de euros para a pecuária intensiva e 1,2 milhões de euros para a pecuária extensiva. Quando são feitas descargas e a poluição dos rios é frequente e descarada, estamos literalmente a financiar a poluição e a incentivar más práticas ambientais, deixando impunes aqueles que mais poluem.

Outra das nossas preocupações prende-se com as condições de bem-estar animal destes tipos de exploração. Como é sabido, o sistema de produção de suinicultura intensiva destaca-se pelas más condições de vida que proporcionam aos animais. Estes suínos passam os dias completamente fechados, vendo o seu espaço de mobilidade reduzido até aos mínimos exigíveis, onde a prática que reina é a de maximização do espaço, produtividade e lucro em detrimento do bem-estar animal. Mais uma vez, a própria APAC confirma esta realidade, assumindo que morrem cerca de 50 animais por dia nas suiniculturas de Leiria. Esta é uma situação que não pode ser ignorada e as entidades competentes devem ter a responsabilidade de promover melhores condições a estes animais, reduzindo o número de suínos por exploração e apostando e aumentando o espaço que estes têm.



Nestes termos, a abaixo assinada Deputada Única do PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que proceda aos seguintes atos:

1. Que promova inspeções em todas as suiniculturas da região de Leiria, de forma a ser possível perceber de que forma estas explorações tratam dos efluentes;
2. Que promova medidas que incentivem à redução do número de suínos por suinicultura;
3. Que promova um regime transitório de transferência de financiamento público atribuídos às explorações suinícolas para empresas e explorações alimentares sustentáveis e amigas do ambiente;
4. Que aprove um plano de limpeza e proteção da Bacia Hidrográfica do rio Lis, de forma a preservar este rio e a protegê-lo, e aos seus afluentes, de descargas provenientes das suiniculturas.

Assembleia da República, Palácio de São Bento, 11 abril de 2022

A Deputada,

Inês de Sousa Real